

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0017245-97.2008.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Alge Transformadores Ltda**  
 Requerido: **Banco Bradesco Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Alge Transformadores Ltda. propôs a presente ação contra o réu Banco Bradesco SA, requerendo a condenação deste na restituição da quantia de R\$ 91.875,79.

O réu, em contestação de folhas 110/118, suscita preliminares de litispendência, com relação ao feito nº 2103/2006, em trâmite pela 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, e de coisa julgada, em relação ao feito nº 2151/2006, que tramitou pela 2ª Vara Cível de São Carlos. No mérito, requer a improcedência do pedido porque a instituição bancária não cobrou nada além do previsto contratualmente.

Réplica de folhas 158/159.

Instadas a especificar as provas que pretendiam produzir (folhas 160), a autora manifestou-se às folhas 161, não tendo o réu se manifestado (folhas 162).

Sentença de folhas 164/171, foi anulada pelo v. Acórdão de folhas 252/254, reabrindo a instrução processual para que as partes produzam as provas que entenderem necessárias.

Decisão saneadora de folhas 277/282 afastou as questões prejudiciais de litispendência e de coisa julgada e deferiu a prova pericial, a fim de se comprovar se a quantia de R\$ 91.875,79, pleiteada pela autora, foi ou não deduzida corretamente pelo réu.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A autora apresentou seus quesitos às folhas 284/285 e a ré indicou seu assistente técnico às folhas 287.

O perito nomeado pelo juízo, manifestou-se às folhas 289/290, requerendo que o banco apresentasse: a) o "extrato de empréstimo" ou "conta garantida" da operação nº 3760602, baixado na data de 06/02/2007, juntamente com os contratos firmados entre as partes; b) os extratos da conta corrente nº 11.986-6, agência 3124, desde a abertura da conta corrente até a data de 20/06/2006, juntamente com o "contrato de abertura da conta corrente" e o contrato da "cédula de crédito bancário" firmada entre as partes; c) o borderô de desconto de duplicatas, conforme operações de desconto de títulos de folhas 68, datado de 17/11/2006.

Decisão de folhas 292 determinou ao réu a apresentação da documentação solicitada, no prazo de 15 dias.

O réu, em manifestação de folhas 294, requereu o prazo de 30 dias para apresentação dos documentos solicitados pelo perito.

O réu, em manifestação de folhas 296, requereu a juntada dos documentos solicitados pelo perito, encartados às folhas 297/892.

O perito, em nova manifestação de folhas 907/908, requereu, para dar prosseguimento e fechamento do laudo pericial contábil, a apresentação dos extratos da "Conta Garantida" do período de 14/12/1998 a 12/02/2004, informando a taxa de juros e apresentando os contratos firmados entre as partes.

O réu foi intimado, por meio de ato ordinatório, a apresentar os documentos solicitados pelo perito (folhas 910).

O réu, em manifestação de folhas 912, requereu o prazo de 30 dias para apresentação dos documentos solicitados.

Decisão de folhas 914, publicada no DJE de 13/04/2015 (folhas 915), determinou que o réu providenciasse os extratos solicitados pelo perito, no prazo de 15 dias, sob pena de arcar com as consequências legais.

Certidão aposta às folhas 915 verso dá conta de que o réu não se manifestou.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Decisão de folhas 916, publicada no DJE de 15/02/2016 (folhas 918), concedeu mais 30 dias de prazo para que o réu fornecesse a documentação solicitada pelo perito, sob pena de ser acolhido integralmente o pedido de folhas 05.

O réu não apresentou os documentos, conforme certidão de folhas 919, datada de 04/05/2016.

Relatei. Decido.

De início, declaro preclusa a prova pericial, ante a inércia do réu em apresentar a documentação solicitada pelo perito judicial, não obstante as decisões de folhas 914 e 916.

Aduz a autora, em síntese, que: a) é correntista da ré e efetuou o depósito em sua corrente no dia 5 de fevereiro de 2007, da quantia de R\$ 239.212,29, quitando alguns débitos, restando-lhe um saldo credor de R\$ 53.732,47; b) em 18 de janeiro de 2008, efetuou dois outros depósitos, nos valores de R\$ 17.921,99 e R\$ 19.500,00; c) que por força de decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível local, nos autos do processo nº 2151/2006, procedeu-se ao débito na conta-corrente da autora, em favor da ré, da quantia de R\$ 184.758,49; d) que a ré moveu ação de busca e apreensão, convertida em depósito, distribuída à 1ª Vara Cível local, embora a autora não estivesse em mora; e) que a ré deduziu de sua conta corrente, sem qualquer justificativa, a quantia de R\$ 91.875,79. Assim, pleiteia a condenação da ré a lhe restituir tal importância em dobro.

A decisão saneadora de folhas 277/282 determinou que o perito deveria proceder a verificação e evolução de toda movimentação da conta corrente de titularidade da autora e verificar se a quantia de R\$ 91.875,79 foi ou não deduzida corretamente (**confira folhas 281, penúltimo parágrafo**).

O *expert* manifestou-se às folhas 907/908, informando que, para dar prosseguimento e fechamento do laudo pericial contábil, necessitava dos extratos da "Conta Garantida" do período de 14/12/1998 a 12/02/2004, informando a taxa de juros e apresentando os contratos firmados entre as partes (**confira folhas 908**).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Decisão de folhas 914 determinou ao réu que providenciasse os documentos solicitados pelo perito no prazo de 15 dias, sob pena de arcar com as consequências legais. Não obstante, o réu não se manifestou, quedando-se inerte, conforme certidão de folhas 915 verso.

Novamente instado por meio da decisão de folhas 916 a apresentar os documentos solicitados pelo perito, imprescindível à finalização da perícia, sob pena de acolhimento do pedido inicial, o réu não se pronunciou.

Dessa maneira, ante à impossibilidade de realização da prova pericial pela não apresentação dos documentos por parte do réu, de rigor o acolhimento do pedido, com a condenação do réu a restituir à autora a quantia de R\$ 91.875,79, de maneira simples, uma vez que não vislumbrado o dolo que permitisse a restituição em dobro.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu a restituir à autora a quantia de R\$ 91.875,79, atualizada monetariamente desde os indevidos débitos da conta corrente da autora, acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da condenação, ante o longo tempo de tramitação do feito.

Considerando-se que o perito deu início aos trabalhos e só não concluiu por culpa do réu, defiro o levantamento, em seu favor, dos honorários periciais integrais depositados às folhas 900, após o trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de maio de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**